

## 25.º Aniversário do IBGE

Ao completar, em 29 de maio último, 25 anos de existência, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pode ser considerado um dos órgãos mais operosos da administração do país. Seu acervo de trabalho fecundo, que marca toda sua existência, atesta o acerto de seus idealizadores, em acreditarem que estariam construindo uma obra destinada a prestar assinalados serviços ao país.

Veio o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enfeixando os diversos serviços de geografia e estatística, dispersos e subordinados a vários órgãos do serviço público, dar nova orientação a estas atividades, disciplinando-as de maneira que os seus objetivos fôssem alcançados dentro de uma só orientação e uniformidade. O decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto, estabelecia que o mesmo teria por fim, "mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais". As estatísticas elaboradas sob a égide do Instituto, diz a lei, "deverão obedecer a planos de conjunto anualmente fixados e aproximar-se, quanto possível, dos melhores padrões que a técnica da especialidade aconselhar, ou já estiverem firmados por acordos internacionais, mas respeitadas as necessidades e contingências peculiares à vida brasileira".

Posteriormente, pelo decreto número 1527, de 24 de março de 1937, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, e incorporado ao então Instituto Nacional de Estatística, o que motivou o advento do decreto-lei número 218, de 26 de janeiro de 1938, mudando o seu nome para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A nova ala do Instituto teria por incumbência, de acordo com o texto legal, reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sobre a geografia do Brasil e promover a articulação dos serviços oficiais e instituições particulares e dos profissionais que se ocupam da geografia no Brasil.

Assim, as atividades geográficas e estatísticas do país, ficaram sob a orientação de uma só instituição.

O IBGE tem suportado reveses que levariam qualquer outra instituição que não tivesse como alicerce um patrimônio moral, forjado no idealismo e patriotismo dos seus fundadores, ao mais completo malôgro em meio à tormenta por que tem passado.

De fato, o nosso órgão estatístico e geográfico, de uma década para cá, sofreu contratempos que, embora deixando arranhaduras visíveis, não implica em abalar seu prestígio de modo a desacreditá-lo na opinião pública do país, que nele vê ainda um dos melhores serviços das administração pública. Cabe à nova administração fazer tudo para sua recuperação rápida e completa.

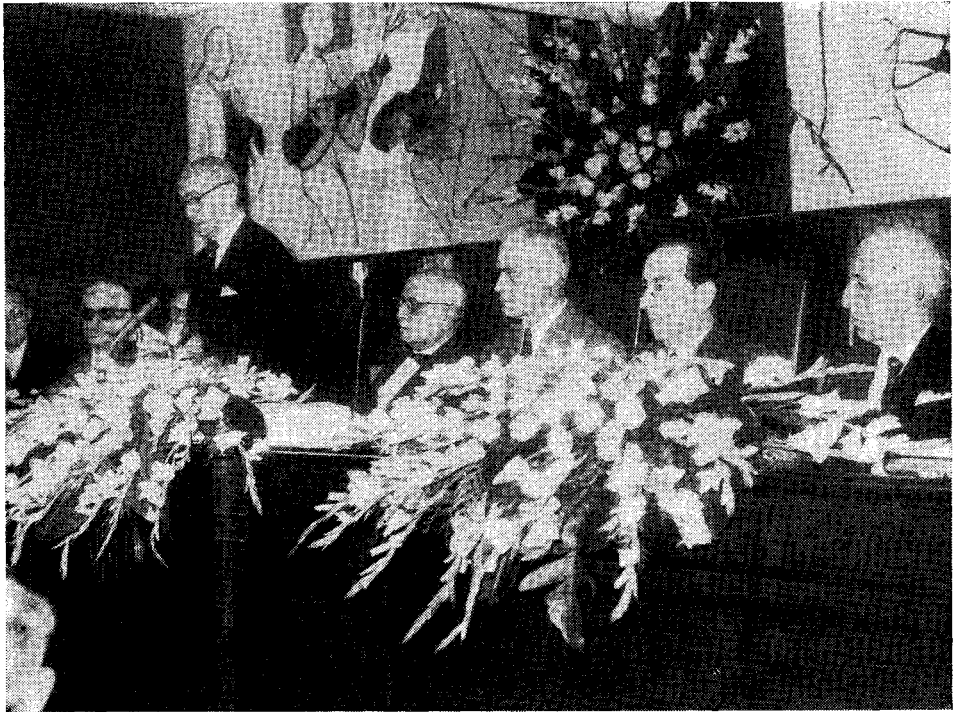
As comemorações contaram, no estado da Guanabara, de missa, pela manhã, ato solene na sede do Instituto, com a participação dos órgãos deliberativos e executivos do Instituto. Estiveram presentes, entre outras autoridades, os ex-presidentes do IBGE, embaixador MACEDO SOARES, ELMANO CARDIM, FLORÊNCIO DE ABREU, MOACIR MALHEIRO FERNANDES SILVA, HEITOR BRACET e RUBENS PÔRTO e ainda o Marechal JUAREZ TÁVORA.

O Dr. RAFAEL XAVIER, atual presidente, abrindo os trabalhos solenes, pronunciou o seguinte discurso:

"Há vinte e cinco anos nascia este Instituto como resultado lógico de uma exigência da vida nacional. Até então as atividades estatísticas e geográficas, dispersas e mal definidas, ressentiam-se da falta de uma ação capaz de harmonizá-las num sistema racional e eficiente. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fundamentado na cooperação interadministrativa, veio atender a essa necessidade. E com uma feição inédita, por introduzir na administração pública brasileira uma experiência totalmente nova, sem símile em nosso passado.

Três personalidades eleitas se projetam, em vigoroso alto relêvo, naquele acontecimento histórico.

De uma delas, direi que, identificada visceralmente com as origens do IBGE, foi o articulador principal das providências relacionadas com a



*Posse do presidente do I.B.G.E., Dr. Rafael Xavier, que se vê em pé, tendo à sua esquerda, o embaixador Macedo Soares, marechal Juarez Távora, jornalista Elmano Cardim, engenheiro Moacir Silva; à sua direita, o desembargador Florêncio de Abreu e o Dr. Heitor Braçat.*

sua criação. Refiro-me ao marechal JUAREZ TÁVORA, autor da exposição de motivos que, à época, levou o saudoso presidente GETÚLIO VARGAS a instituir este órgão. Nem as suas responsabilidades de soldado exemplar, nem os seus múltiplos afazeres de homem público, o impediram de acompanhar com desvelo a trajetória do Instituto, conjurando, sempre que isso lhe foi possível, perigos que vez por outra ameaçavam a instituição.

Igual destaque deve ser dado a outra personalidade, o meu prezado amigo embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, cuja dignidade, cuja lisura na condução dos destinos do IBGE nunca será excessivo ressaltar. A ele se devem, quando de sua primeira gestão no Itamarati, as providências para a instalação, em 1936, do Instituto, criado dois anos antes graças à iniciativa de JUAREZ TÁVORA. Sob o pretígio de sua autoridade moral, organizou-se esta Casa, de que foi ele o primeiro presidente. Mais tarde, ao voltar a ocupar o antigo posto, confirmou o reconhecimento de que se fizera credor, pela firme determinação de manter o Instituto à margem das injunções políticas.

É com emoção incontida que neste momento evoco outra personalidade vinculada ao nascimento do Instituto e

a grande parte de sua existência. Bem sabeis que desejo aludir ao fundador do IBGE, ao seu idealizador, o grande brasileiro MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, de cujo convívio a morte nos privou há poucos anos. Dessa figura de dimensão moral inexcelável, pode dizer-se que, com o passar dos anos, mais se agiganta em nossa admiração, revelando proporções surpreendentes à medida que aumenta a perspectiva do tempo.

Não quero insistir na demonstração da obra que ele nos transmitiu. Recordo, apenas, com a memória avivada pela saudade, uma das lições que nos legou. Um dia, MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS viu a instituição criada e desenvolvida ao calor do seu idealismo fecundo, cruelmente golpeada. Todos conhecemos a nobre indignação, quase diríamos a veemência sagrada com que defendeu o Instituto das acusações que àquela época lhe faziam. Entretanto, como prosseguissem as tentativas de demolição da obra construída com tantos sacrifícios, alguns dos seus colaboradores antigos não mais conseguiram disfarçar um forte sentimento pessimista. Verificou-se então um fato que dá a medida exata daquele vulto extraordinário. Instado a manifestar o seu pensamento acerca da sorte que parecia estar reservada ao

Instituto, MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS declarou, convicto e sem titubeios, como se pairasse acima das contingências momentâneas, confiar sobretudo na vitalidade da instituição.

Que significa aquela afirmação de MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS? Sômente uma visão superior dos acontecimentos, não influenciada pelo que nêles havia de contingente e circunstancial, poderia validar aquela atitude de confiança inabalável. Numa clara antevisão do futuro, queria êle dizer que o IBGE dispunha de material humano excelente, capaz de superar, não apenas aquela crise, porém outras que porventura viessem a manifestar-se. E, de fato, o que dá substância real a uma instituição, o que lhe imprime vitalidade, em última análise, é o elemento humano em sua expressão qualitativa.

Ao reagir daquela maneira à vaga desalentadora que ameaçava solapar a esperança de recuperação do Instituto, tinha êle em mente o funcionalismo do IBGE, êsse funcionalismo que chegou a ser tido como verdadeiro modelo, digno de ser imitado nos diversos compartimentos da administração pública. E nesse rol, note-se bem, incluía êle todos os que — colaboradores modestos ou destacados — concorriam para engrandecer a obra ibgeana. Foi uma lição de fé que jamais será olvidada.

A data que hoje se comemora com singeleza, à verdadeira moda ibgeana, reveste-se de significado especial. Não é apenas mais um aniversário do IBGE, mas uma oportunidade para exaltação daquele velho espirito que imprime colorido próprio à vida do Instituto. Não é simplesmente mais um 29 de maio, mas um marco que assinala a retomada de uma tradição limpada e fecunda. Tradição de bem servir, de responsabilidade, de discricção e respeito mútuo. Tradição de colaborar sem alarde na obra comum, erigindo-se o trabalho na medição adequada à aferição de méritos. Essa tradição — disso tenho certeza — será por vós continuada.

Quero dizer-vos, ao ensejo desta solenidade, da satisfação que experimento pelo meu retorno a esta Casa a que já servi no passado e à qual sempre me ligaram laços indissolúveis. Sinto-me feliz em rever, como se folheasse as páginas de um velho álbum, figuras familiares de antigos companheiros, dos quais alguns, sem medir sacrifícios de ordem pessoal, partilham comigo as responsabilidades de direção. Vejo também — e essas talvez em número maior — fisionomias que o tempo ainda não me permitiu fixar atentamente, prova de que a família ibgeana cresceu bastante, a tal ponto que difícil se torna identificar todos os seus componentes.

Entre uns e outros, no entanto, não há, nem poderia haver, fronteiras que os distingam como seres pertencentes a mundos distintos. Todos são ibgeanos, com os direitos e deveres inerentes a essa condição.

Ninguém, hoje, desconhece que o processo de desenvolvimento nacional pressupõe a satisfação de uma série de exigências, dentre essas as que respeitam às informações de base necessárias aos planejamentos, tanto os de natureza pública quanto particular. Existe um consenso unânime acêrca da necessidade de estatísticas completas, fidedignas e atualizadas. Não apenas de estatísticas, mas de informações e elementos de natureza geográfica e cartográfica.

No IBGE, o movimento municipalista brasileiro teve a sua gênese, na fase contemporânea, e daqui partiram os grandes incentivos para a cruzada magnífica de que resultou a vitória de justas reivindicações na Carta de 1946. Essa cruzada volta a merecer todo o apoio desta Casa, hoje, como ontem, empenhada em dar uma contribuição eficiente ao desenvolvimento econômico e ao progresso social do Brasil.

Impõe-se, por conseguinte, preparar o Instituto para responder aos desafios da realidade brasileira. Há que dispor o país de uma instrumentação estatística e geográfica cada vez mais eficiente. Há que fazer do IBGE o órgão vivo e atuante que a nação reclama, racionalizando processos, apurando meios de perquirição, transpondo, se êste expediente se impuser, barreiras que dificultem o maior rendimento do labor geográfico e estatístico. Há que aprimorar, se necessário, a estrutura do Instituto, que pelo próprio fato de ser boa, deve comportar melhorias. Há que deixar à margem levantamentos que se não afigurem fundamentais e dar prioridade aos exigidos pelo desenvolvimento nacional. Há que atentar nas mudanças sociais que se processam em ritmo acelerado, dotar o IBGE dos instrumentos necessários para registrá-las em sua dinâmica e oferecer a quem de direito os elementos indispensáveis à formulação de políticas adequadas.

Eis a grande tarefa com que se defronta o IBGE nesta nova fase da vida nacional, quando à perplexidade de uns e ao negativismo de outros se superpõe, de modo avassalador, a esperança de milhões de brasileiros."

O marechal JUAREZ TÁVORA, que teve papel de relêvo na criação do IBGE, pronunciou o discurso que segue.

"É-nos motivo de honra e de alegria, o caber-nos dirigir-vos, oficial-

mente, algumas palavras, nesta festa de comemoração do jubileu do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A data é histórica. E vale a pena, ao comemorá-la, lembrar um pouco de história, da história das origens do próprio Instituto.

Tivemos, até a organização e funcionamento do IBGE, em 1936, um sistema estatístico constituído de órgãos independentes entre si, não complementares nem coordenados, e, por isso mesmo, produzindo resultados deficientes, quando não contraditórios.

A primeira reação tentada contra êsse fracionamento e ausência de ordenação, surgiu, em 1928, na Câmara dos Deputados com o projeto n.º 152, dêsse ano, assinado pelo deputado DANIEL DE CARVALHO e mais quatro de seus companheiros de bancada. Visava, fundamentalmente, a criar para a supervisão do nosso sistema estatístico, um órgão nacional, através do qual se coordenassem com o auxílio do Conselho Superior de Estatística, os esforços e recursos financeiros da União, dos estados e dos municípios, mediante acordos celebrados com estas duas últimas entidades. O projeto não teve, entretanto, andamento.

Em 1931, Dr. HEITOR ELÓI ALVIM PESSOA, funcionário da Diretoria-Geral de Informações Estatísticas e Divulgações do Ministério da Educação e Saúde, dirigiu ao seu então diretor-geral, Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, uma exposição sugerindo nova organização para o nosso sistema estatístico, com base nos três seguintes pontos:

— a obrigatoriedade de prestação regular de informações ao poder público pelas organizações privadas;

— a criação de adequados registros permanentes dos fatos a perquirir; e

— a instituição ou ampliação, a diferenciação e a cooperação, com caráter obrigatório, das atividades investigadoras, de natureza estatística, da União, dos estados e dos municípios.

Essa exposição, apreciada por Dr. TEIXEIRA DE FREITAS e por êle submetida ao ministro da Educação e Saúde, obteve, em 1.º de agosto de 1931, despacho dêste, mandando redigir-se o anteprojeto da reforma sugerida.

Em consequência dêsse despacho, foi pelo Dr. TEIXEIRA DE FREITAS apresentado àquele ministro, em 5 de fevereiro de 1932, um *anteprojeto de lei de estatística*, acompanhado de longa exposição de motivos, focalizando as causas das deficiências que prejudicavam o sistema estatístico então vigente e sugerindo as medidas necessárias para corrigi-las. Surgiam daí as linhas fun-

damentais da reforma proposta entre as quais sobressaíam as seguintes:

— aproximação e conjugação dos serviços de estatística e cartografia; — federação dos serviços estatísticos brasileiros em um sistema *sui generis* — o Instituto Nacional de Estatística e Cartografia;

— direção colegiada dêsse órgão, com separação das funções consultivas e executivas, e a distribuição destas em dois grupos: — um, superior, para os organismos nacionais, em seu conjunto; e outro, subordinado ao primeiro, com tantos órgãos quantos fôsem os organismos regionais a enfeixar-se no sistema.

Completava-se a exposição justificando-se a oportunidade e a exequibilidade financeira e administrativa da reforma.

Essa exposição e o anteprojeto a que acompanhava não despertaram, ao que parece, maior interesse do Ministério da Educação e Saúde, ficando sem andamento até meados de 1933.

Nesse interim, tendo, como ministro da Agricultura, pedido ao Dr. TEIXEIRA DE FREITAS sua ajuda, para organizar a Diretoria de Estatística dêsse Ministério, fomos por êle informado de seus projetos mais amplos sobre esta matéria. Obtivemos do então chefe do governo provisório da República, Dr. GETÚLIO VARGAS, que se constituísse, em 28 de junho de 1933, uma comissão interministerial, funcionando em dependência do Ministério da Agricultura, para levar a cabo os estudos iniciados pelo Dr. TEIXEIRA DE FREITAS no Ministério da Educação e Saúde. Essa comissão, de que foi relator o próprio Dr. TEIXEIRA DE FREITAS, concluiu seus trabalhos em 28 de outubro de 1933, apresentando novo anteprojeto de lei acompanhado de exposição de motivos, sugerindo as seguintes diretrizes fundamentais para a remodelação do sistema estatístico brasileiro:

— “1.º) Criação de um sistema bem articulado e fortemente traçado, em que possam mover-se — ao mesmo tempo com a autonomia legítima e a interdependência necessária — tôdas as atividades brasileiras ligadas à estatística, no seu quádruplo desdobramento — atividades públicas (federais, estaduais e municipais) e atividades particulares;

— 2.º) Instituição de um forte e adequado órgão de comando, tanto no sentido da propulsão, quanto no da unificação;

— 3.º) Criação, em tal sistema, e sob tal direção — de um regime e ambiente propícios ao surto pro-

gressivo e à plena eficácia de todos os demais movimentos saneadores e renovadores da estatística nacional”.

Opinou complementarmente que, sendo a União a instituidora do sistema, deviam caber-lhe:

— “a) estabelecer as normas fundamentais de seu funcionamento, de forma que se oriente com firmeza à realização de seus fins — mas sem rigidez capaz de afugentar as adesões necessárias;

— b) organizar-lhe o núcleo central, com a totalidade dos seus próprios serviços de estatística;

— c) conceder aos serviços que se filiarem ao sistema, tôdas as vantagens e garantias capazes de atrair, sem hesitações, se não a totalidade, ao menos a grande maioria das entidades (estados, territórios, municípios e instituições particulares) que com êle devam colaborar na integração e aperfeiçoamento da estatística nacional”.

A partir dessas premissas foi elaborado o anteprojeto de reforma do sistema estatístico brasileiro, aprovado pelo chefe do governo provisório da República, mediante o decreto-lei número 24 609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística.

Sua instalação e início de funcionamento, porém, só se verificaram dois anos mais tarde, há precisamente 25 anos, no dia 29 de maio de 1936, sob a presidência do eminente cidadão da República, o embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

Sob sua profícua gestão, dois fatos de grande importância concorreram para vitalizar o recém-criado Instituto.

— a incorporação ao mesmo, pelo decreto lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938, do Conselho Brasileiro de Geografia, criado um ano

antes, pelo decreto executivo n.º 1527 de 24 de março de 1937; em consequência do que se transformou em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e

— a expedição do decreto-lei n.º 4181, de 16 de março de 1942, que, já na vigência da segunda grande guerra, criou as Sessões de Estatística Militar em cada um dos estados, no território do Acre e no antigo Distrito Federal, como órgãos integrantes das respectivas repartições centrais, filiadas ao IBGE, e regulou os convênios especiais em cada unidade da Federação entre o IBGE, os governos regionais e a totalidade de seus municípios, de acordo com as disposições da Convenção Nacional de Estatística, aprovada pelo decreto-lei n.º 1022, de 11 de agosto de 1936.

Eis, em síntese, a história da grande e nobre instituição, cujo jubileu aqui comemoramos. Podemos completá-la, afirmando que o IBGE, ideado e projetado por MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS; criado, legalmente, pelo então chefe do governo provisório da República, Dr. GETÚLIO VARGAS; instalado e dirigido nos seus primeiros anos de funcionamento, pelo eminente embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, e hoje sob a presidência de um dos seus mais antigos e dedicados servidores, Dr. RAFAEL XAVIER — tem tido uma atuação de excepcional relêvo, no quadro da vida administrativa do Brasil. Desnecessário será que aqui enumeremos fatos de ontem e de hoje para comprová-lo. Devemos afirmar, contudo, que êle se tem constituído em órgão modelo de cooperação e coordenação de atividades comuns de nossas três esferas político-administrativas — digno de ser copiado e repetido em vários outros setores daquelas atividades, geralmente tão mal complementadas e coordenadas entre si.

## Expedições científicas à América Latina

Estão anunciadas para o segundo semestre do corrente ano, expedições científicas à América Latina, patrocinadas pela Real Sociedade Geográfica da Grã-Bretanha, abrangendo Brasil, Chile, Peru, Equador e Colômbia. Essas expedições fazem parte de uma vasta rede de explorações desta natureza incluindo outras regiões do globo.

Para o Brasil, estão previstas explorações na região amazônica, tendo

como pontos visados, o rio Xingu, que será vasculhado durante cinco semanas, utilizando os pesquisadores todos os meios de transporte, como canoa, cavalo, etc., e a região do rio Branco.

Esta primeira fase servirá de contato com a natureza, seguindo-se novas expedições em grande escala, quando se tentará fazer levantamento cartográfico da região e estudar as tribos primitivas que ali habitam.